

Tesouro vê bomba fiscal e quer tirar precatórios do arcabouço

Tesouro vê bomba fiscal de R\$ 200 bi e sugere tirar precatórios do arcabouço

Sem alterações, que demandariam nova PEC, problema aparecerá no ano eleitoral de 2026

Mafalda Tomazelli

Ondamento de dívidas judiciais da União, aprovada em 2022, a PEC 107/2022, que altera o tamanho do arcabouço dos precatórios, pode gerar uma bomba fiscal de R\$ 99,9 bilhões a ser paga em 2026, afirma o Tesouro Nacional.

Os especialistas de fora do governo foram taxativos ao classificar o aumento de PEC 107/2022, que altera o tamanho do arcabouço dos precatórios, como uma bomba fiscal de R\$ 99,9 bilhões a ser paga em 2026, afirma o Tesouro Nacional.

Os especialistas de fora do governo foram taxativos ao classificar o aumento de PEC 107/2022, que altera o tamanho do arcabouço dos precatórios, como uma bomba fiscal de R\$ 99,9 bilhões a ser paga em 2026, afirma o Tesouro Nacional.

Os especialistas de fora do governo foram taxativos ao classificar o aumento de PEC 107/2022, que altera o tamanho do arcabouço dos precatórios, como uma bomba fiscal de R\$ 99,9 bilhões a ser paga em 2026, afirma o Tesouro Nacional.

Os especialistas de fora do governo foram taxativos ao classificar o aumento de PEC 107/2022, que altera o tamanho do arcabouço dos precatórios, como uma bomba fiscal de R\$ 99,9 bilhões a ser paga em 2026, afirma o Tesouro Nacional.

glio da administração pública federal aguarda a pacificação do tema.

Entenda o Impasse dos precatórios

Os precatórios são dívidas judiciais que não foram pagas pelo governo.

Em 2021, o governo não pagou os precatórios por falta de recursos.

A PEC 107/2022 altera o tamanho do arcabouço dos precatórios.

O tamanho do arcabouço dos precatórios é limitado a 1% do PIB.

A PEC 107/2022 altera esse limite para 1,4% do PIB.

Isso significa que o governo terá que pagar mais precatórios.

Essas dívidas representam um custo adicional para o governo.

Essas dívidas representam um custo adicional para o governo.

Em 2021, o governo não pagou os precatórios por falta de recursos.

A PEC 107/2022 altera o tamanho do arcabouço dos precatórios.

O tamanho do arcabouço dos precatórios é limitado a 1% do PIB.

A PEC 107/2022 altera esse limite para 1,4% do PIB.

Isso significa que o governo terá que pagar mais precatórios.

Essas dívidas representam um custo adicional para o governo.

Essas dívidas representam um custo adicional para o governo.

Essas dívidas representam um custo adicional para o governo.



A ministra de Planejamento, Simone Tebet, discursa em plenária de discussões do PPA (Plano Plurianual) em São Paulo

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 13